
Liberdade de Expressão em Declínio: Uma Análise Integrada do Relatório Mundial da UNESCO 2022–2025

Fabiane Gaspar

Resumo: O relatório *World Trends in Freedom of Expression and Media Development 2022–2025*, da UNESCO, evidencia uma deterioração global acelerada da liberdade de expressão. O estudo demonstra queda de 10% no índice internacional desde 2012, associada ao avanço do autoritarismo, ao enfraquecimento institucional e ao uso estratégico de normas legais para restringir vozes críticas. A violência contra jornalistas intensificou-se, com 310 mortes entre 2022 e 2025 e taxas elevadas de impunidade, além do crescimento do exílio jornalístico. Mulheres jornalistas enfrentam riscos ampliados, incluindo violência digital e ataques misóginos mediados por tecnologia. O relatório também destaca o papel ambíguo das plataformas digitais e da inteligência artificial, que ampliam tanto investigações jornalísticas quanto desinformação, ódio e desigualdades informacionais. A crise econômica da mídia, agravada pela concentração de receitas em plataformas, ameaça o pluralismo. A UNESCO conclui que proteger jornalistas, regular plataformas e fortalecer instituições democráticas é essencial para preservar a integridade informacional e a democracia.

Palavras-chave: UNESCO. Liberdade de Expressão. Jornalismo. Desenvolvimento de mídia.

Resumen: *El informe World Trends in Freedom of Expression and Media Development 2022–2025, de la UNESCO, evidencia un deterioro global acelerado de la libertad de expresión. El estudio muestra una caída del 10% en el índice internacional desde 2012, asociada al avance del autoritarismo, al debilitamiento institucional y al uso estratégico de leyes para restringir voces críticas. La violencia contra periodistas se intensificó, con 310 asesinatos entre 2022 y 2025 y altos niveles de impunidad, además del crecimiento del exilio periodístico. Las mujeres periodistas enfrentan riesgos ampliados, incluyendo violencia digital y ataques misóginos mediados por tecnología. El informe destaca también el papel ambiguo de las plataformas digitales y de la inteligencia artificial, que expanden tanto la investigación periodística como la desinformación y el discurso de odio. La crisis económica de los medios, agravada por la concentración de ingresos en plataformas, amenaza el pluralismo. La UNESCO concluye que proteger a los periodistas, regular las plataformas y fortalecer las instituciones democráticas es esencial para preservar la integridad informacional y la democracia.*

Palabras clave: UNESCO. Libertad de Expresión. Periodismo. Desarrollo de medios.

Abstract: *The World Trends in Freedom of Expression and Media Development 2022–2025 report by UNESCO reveals a rapidly accelerating global deterioration of freedom of expression. The study shows a 10% decline in the international index since 2012, linked to the rise of authoritarianism, institutional weakening, and the strategic use of legal mechanisms to silence critical voices. Violence against journalists has intensified, with 310 killings between 2022 and 2025 and persistently high levels of impunity, alongside a sharp increase in journalistic exile. Women journalists face heightened risks, including digital violence and technology-mediated misogynistic attacks. The report also highlights the ambiguous role of digital platforms and artificial intelligence, which both enhance investigative journalism and amplify disinformation and hate speech. The media's economic crisis—worsened by revenue concentration in large plat-*

forms—threatens pluralism. UNESCO concludes that protecting journalists, regulating platforms, and strengthening democratic institutions are essential to safeguard information integrity and democracy.

Keywords: UNESCO. Freedom of Expression. Journalism. Media Development.

Introdução

A liberdade de expressão, condição estruturante para sociedades democráticas, informadas e pacíficas, enfrenta seu momento de maior fragilidade desde o fim da Segunda Guerra Mundial. O *World Trends in Freedom of Expression and Media Development: Global Report 2022/2025* alerta para uma erosão acelerada da liberdade de imprensa, intensificação da violência contra jornalistas e retrocessos institucionais que comprometem a integridade da informação no mundo.

O documento mostra que a desinformação, a violência política, a polarização, o enfraquecimento das instituições democráticas, o uso abusivo de tecnologias digitais e a crise de sustentabilidade econômica da mídia combinam-se para criar um cenário crítico, descrito pela UNESCO como uma “grave deterioração global” na capacidade das sociedades de manterem ecossistemas informacionais saudáveis.

O informe que segue sintetiza os principais elementos do relatório de 214 páginas com dois volumes. O primeiro volume contém os dados estatísticos e situacionais do relatório. O segundo volume está dividido em quatro capítulos, cada um escrito por especialistas com enfoques diferentes mas todos tocando a respeito dos desafios da liberdade de expressão e das vivências do jornalismo no mundo atual.

Este informe está organizado em quatro temas: (i) declínio global da liberdade de expressão; (ii) violência e ameaças à segurança dos jornalistas; (iii) transformações tecnológicas e riscos para a integridade da informação; e (iv) conclusões e caminhos possíveis.

O Relatório Mundial da UNESCO: natureza, propósito e escopo

A UNESCO produz desde 2014 o *World Trends Report*, considerado a avaliação global mais abrangente sobre liberdade de expressão, pluralismo, independência da mídia e segurança de jornalistas. A edição 2022–2025, utilizada aqui, cobre um período marcado por:

- ✓ intensificação de conflitos armados;
- ✓ aumento da desinformação coordenada;
- ✓ proliferação de tecnologias de inteligência artificial generativa;
- ✓ retrocessos democráticos em diversas regiões;
- ✓ pressões econômicas sem precedentes sobre a mídia.

O relatório baseia-se em dados de centenas de fontes acadêmicas e institucionais, incluindo bases como V-Dem, CPJ, Freedom House, Observatório da UNESCO de Jornalistas Assassinados, além de consultas a especialistas, organizações sociais e governos. O volume dois do relatório se articula em quatro capítulos temáticos: (1) Estado de direito e liberdade de expressão; (2) Tecnologia e integridade da informação; (3) Inclusão e vozes marginalizadas; (4) Jornalismo e crise climática.

Principais achados: uma deterioração acelerada

Declínio global da liberdade de expressão

O relatório aponta uma queda de 10% no Índice Global de Liberdade de Expressão entre 2012 e 2024, com pioras particularmente intensas entre 2020 e 2024, período em que o declínio acelerou para 1,27% ao ano.

O retrocesso expressivo na liberdade de expressão insere-se em uma conjuntura de regressão democrática sem precedentes nas últimas décadas: atualmente, 72% da população mundial vive sob regimes autocráticos, o maior patamar desde 1978, o que se correlaciona com a queda de 10% no Índice Global de Liberdade de Expressão entre 2012 e 2024 e com o avanço de práticas estatais e paraestatais de intimidação a comunicadores.

Esse quadro é alimentado pela erosão dos mecanismos de freios e contrapesos, observada no enfraquecimento das salvaguardas institucionais que responsabilizam o poder público e privado, pela captura ou intimidação do Judiciário e pela redução da pluralidade legislativa—fatores que o relatório demonstra estarem fortemente associados a piores indicadores de expressão e informação.

Em paralelo, verifica-se o enfraquecimento de parlamentos e tribunais, materializado em reformas ou práticas que diminuem a independência judicial, restringem o controle legislativo do Executivo e, por consequência, reduzem a proteção a jornalistas e a circulação de informações de interesse público; o estudo documenta, ainda, retrocessos normativos que limitam o acesso à informação e ampliam poderes discricionários de censura, especialmente em contextos de crise.

Soma-se a isso o uso expandido do aparato legal para restringir a expressão, com a permanência de crimes de difamação em 160 Estados-Membros, o crescimento de SLAPPs (ações estratégicas contra a participação pública), a aplicação extensiva de leis de “notícias falsas”, antiterrorismo e de natureza financeira para assediar judicialmente jornalistas e meios, além de bloqueios de internet, remoções de conteúdo e “jawboning” sem salvaguardas de transparência e necessidade—um conjunto de táticas que o relatório identifica como “weaponização do direito” e que se intensificou após 2020.

Esses processos, ao lado de altas taxas de impunidade para crimes contra jornalistas e de declínios na independência judicial e na pluralidade legislativa, explicam a aceleração do recuo nas garantias de expressão e informação e a consolidação de “zonas de silêncio” em diversos países. A UNESCO enfatiza que a queda na liberdade de expressão compromete diretamente a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sobretudo a meta 16.10, que prevê o acesso público à informação até 2030 — hoje considerada inalcançável no ritmo atual.

Zonas de silêncio: violência e impunidade contra jornalistas

A violência contra jornalistas constitui um eixo crítico e persistente no panorama global contemporâneo. Entre 2022 e 2025, o relatório da UNESCO identifica um agravamento expressivo desse cenário, registrando o assassinato de 310 profissionais da imprensa, dos quais 52,3% foram mortos em zonas de conflito, evidenciando o papel essencial — e extremamente arriscado — desempenhado pelo jornalismo na cobertura de guerras e crises humanitárias. Alarmantemente, apenas 0,968% desses casos foram efetivamente resolvidos, revelando um nível de impunidade estrutural que fragiliza ainda mais a proteção dos trabalhadores da mídia.

Essa tendência não é recente: considerando os casos documentados desde 2006, a taxa global de impunidade permanece em 85%, indicando que agressões fatais contra jornalistas, quando não investigadas e punidas, tornam-se um incentivo indireto para novos ataques e aprofundam as chamadas “zonas de silêncio”, regiões onde a imprensa deixa de operar devido ao risco extremo.

Paralelamente às mortes, observa-se um aumento significativo de perseguições, ameaças e intimidações que forçam profissionais a abandonar seus países. O relatório assinala que o exílio jornalístico cresceu 227% entre 2020 e 2023, refletindo a expansão de ambientes repressivos, vigilância estatal, criminalização do trabalho jornalístico e ataques de grupos armados e criminosos.

Na América Latina, esse fenômeno assume proporções particularmente graves: 913 jornalistas foram forçados ao exílio desde 2018, o que torna a região uma das mais hostis do mundo para o exercício da imprensa independente. Além disso, a UNESCO enfatiza que a violência não se limita a teatros de guerra. Jornalistas que investigam corrupção, crime organizado, violações de direitos humanos, questões ambientais e atividades de grandes conglomerados econômicos figuram entre os alvos mais recorrentes, em razão do impacto potencial de suas denúncias sobre interesses políticos e econômicos. Assim, o relatório demonstra que a violência contra jornalistas é um fenômeno multidimensional, sustentado por dinâmicas de impunidade, autoritarismo, criminalidade e erosão institucional, configurando uma ameaça direta ao direito humano à informação e ao funcionamento das democracias contemporâneas.

Violência contra mulheres jornalistas

As mulheres jornalistas enfrentam um cenário ainda mais grave e complexo de violência, marcado pela convergência entre discriminações históricas e novos mecanismos de agressão mediados por tecnologias digitais. De acordo com o relatório da UNESCO, 73% das profissionais relataram sofrer violência online, incluindo insultos, perseguições, campanhas coordenadas de desinformação e ataques à sua credibilidade profissional, fenômeno que se intensificou com o uso de plataformas digitais e técnicas de automação. Além disso, 41% afirmaram ter sido vítimas de assédio sexual no ambiente de trabalho, evidenciando que a violência de gênero não se dá apenas no espaço virtual, mas também na estrutura organizacional das empresas de comunicação, onde persistem dinâmicas de poder assimétricas que limitam a participação plena das mulheres no jornalismo profissional.

O relatório também destaca o crescimento dramático de ataques com conteúdo sexualizado, manipulações digitais por meio de *deepfakes* e manifestações explícitas de misoginia online, que se tornaram estratégias recorrentes para silenciar, intimidar ou deslegitimar mulheres jornalistas. Tais práticas são potencializadas por algoritmos que amplificam conteúdos de ódio e incentivam comportamentos abusivos, criando um ambiente hostil que desencoraja o exercício da liberdade de expressão feminina no espaço público. Ademais, o estudo demonstra que mulheres negras, indígenas, LGBTQIA+ e pertencentes a outros grupos historicamente

marginalizados enfrentam riscos ainda mais elevados, resultantes da sobreposição de opressões de caráter racial, étnico, sexual e de classe — uma interseccionalidade que agrava a intensidade e a frequência das agressões sofridas.

A UNESCO classifica esse conjunto de práticas como “violência de gênero mediada por tecnologia”, compreendida como um obstáculo estrutural ao pluralismo midiático, à igualdade de gênero e ao funcionamento democrático. Essa forma de violência não apenas ameaça a

integridade física, emocional e profissional das jornalistas, mas compromete o próprio ecossistema informacional, pois restringe a diversidade de vozes e dificulta o acesso da sociedade a perspectivas plurais e qualificadas.

Trata-se, portanto, de um fenômeno que demanda respostas urgentes, tanto institucionais quanto regulatórias, para garantir que mulheres possam exercer plenamente o direito à liberdade de expressão e contribuir para a produção de informação pública de qualidade.

O papel das tecnologias digitais e da inteligência artificial

O relatório evidencia que as plataformas digitais e os sistemas de inteligência artificial passaram a ocupar um lugar central na reconfiguração dos ecossistemas informacionais contemporâneos, desempenhando um papel ambíguo ao produzir simultaneamente avanços e ameaças.

Entre os aspectos positivos, destaca-se a ampliação substancial do acesso à informação em países de baixa renda, impulsionada pela expansão das redes móveis e pela intensificação do uso de plataformas que permitem maior circulação de conteúdos e participação cidadã. Além disso, o emprego de ferramentas de IA tem fortalecido investigações jornalísticas, permitindo o processamento de grandes volumes de dados, a análise de documentos complexos, o cruzamento automatizado de bases informacionais e a utilização de recursos avançados de georreferenciamento e verificação de imagens; esses instrumentos ampliam a capacidade investigativa das redações, sobretudo em contextos de recursos escassos.

O relatório também ressalta o fortalecimento de colaborações transnacionais, favorecidas pela digitalização de fluxos de informação e por redes globais de jornalismo colaborativo que se apoiam em tecnologias avançadas para compartilhar evidências, metodologias e técnicas de apuração, especialmente em casos que envolvem corrupção, fluxos financeiros ilícitos ou impactos ambientais de escala internacional.

Contudo, tais avanços convivem com riscos expressivos. A ascensão da inteligência artificial generativa, articulada à produção automatizada de *deepfakes* e ao uso massivo de bots industriais, tem ampliado de forma inédita a desinformação, a manipulação política e a erosão da confiança pública nas instituições democráticas.

Paralelamente, observa-se que muitas plataformas digitais reduziram seus padrões de moderação, desmantelando equipes de integridade cívica e revertendo políticas previamente adotadas para limitar a disseminação de conteúdos danosos; essa retração regulatória favorece a circulação de discursos de ódio e de campanhas destinadas a desacreditar jornalistas, cientistas, defensores de direitos humanos e grupos vulnerabilizados.

A opacidade algorítmica constitui outro desafio crítico: a ausência de transparência nos critérios de recomendação, remoção e priorização de conteúdos inviabiliza a auditoria independente e compromete a responsabilização das empresas de tecnologia, dificultando a identificação de práticas discriminatórias e de vieses estruturais incorporados nos modelos de IA.

Adicionalmente, o relatório demonstra que modelos de IA utilizam conteúdos jornalísticos para treinamento sem qualquer compensação às redações, agravando a crise econômica estrutural da mídia e reduzindo a viabilidade de operações jornalísticas sustentáveis. Outro ponto alarmante é que a IA tende a reproduzir e amplificar vieses de gênero, raça e geopolítica presentes em seus dados de treinamento, reforçando estereótipos, invisibilizando grupos sub-representados e aprofundando desigualdades informacionais, especialmente em países do Sul Global. O fenômeno é intensificado pelo fato de que grande parte dos modelos de larga escala é treinada majoritariamente com conteúdos em inglês e provenientes do Norte Global, o que limita a pluralidade epistêmica e cultural do ambiente informacional.

Por fim, pesquisas analisadas no relatório revelam que, em quatro países estudados, a IA passou a ser percebida como mais confiável do que a imprensa tradicional, um dado que a UNESCO classifica como particularmente inquietante, pois indica um deslocamento da confiança pública para sistemas que não necessariamente operam com critérios jornalísticos de verificação, rigor e responsabilidade social. Essa mudança de confiança ocorre justamente em um momento em que os sistemas de IA estão cada vez mais suscetíveis à manipulação, às “alucinações” informacionais e à replicação de vieses sistêmicos, configurando um cenário em que os riscos à integridade da informação são elevados e crescentes.

Crise econômica do jornalismo

A mídia contemporânea encontra-se imersa em uma crise estrutural profunda, cuja complexidade decorre de fatores econômicos, tecnológicos e políticos que se retroalimentam. O ecossistema digital, marcado pela alta concentração de poder em grandes plataformas tecnológicas, absorve hoje mais de 50% de toda a receita publicitária global, deslocando recursos essenciais para a sobrevivência de veículos jornalísticos tradicionais.

Nesse cenário, muitas organizações de imprensa foram obrigadas a encerrar suas atividades ou a reduzir drasticamente suas equipes, comprometendo a capacidade de produzir jornalismo investigativo e de interesse público. A fragilidade financeira é agravada pelo fato de que apenas 0,5% da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA) é destinada ao setor de informação, evidenciando o baixo investimento internacional em sistemas de mídia como pilares democráticos.

Paralelamente, observa-se o crescimento do chamado AI slop — um volume massivo de conteúdo automatizado, de baixo custo e baixa qualidade — que ocupa espaço nas plataformas digitais e reduz ainda mais a visibilidade de práticas jornalísticas rigorosas. Diante desse conjunto de pressões, o relatório da UNESCO caracteriza a conjuntura como uma “crise existencial” da viabilidade da mídia, alertando para o risco real de apagões informacionais em regiões inteiras, com implicações diretas para a democracia, a transparência pública e o direito coletivo à informação.

Eleições, polarização e integridade da informação

O relatório da UNESCO caracteriza 2024 como um “super ano eleitoral”, dada a realização de eleições nacionais em 72 países, envolvendo bilhões de eleitores em contextos políticos e informacionais profundamente tensionados. Nesse cenário, a organização alerta para uma conjuntura de vulnerabilidade democrática marcada pela crescente intermediação tecnológica dos processos eleitorais e pela incapacidade das instituições tradicionais de conter os efeitos sistêmicos da desinformação.

Em pesquisa abrangendo diversos países, quase 90% dos entrevistados afirmaram temer o impacto da desinformação nas eleições, o que evidencia um forte abalo na confiança pública nas

dinâmicas informacionais que sustentam a deliberação democrática. Esse receio é diretamente relacionado ao uso crescente, por campanhas políticas, de inteligência artificial generativa, técnicas de micro direcionamento comportamental e influenciadores digitais operando sem qualquer transparência, elementos que ampliam a capacidade de manipulação emocional e segmentação ideológica dos eleitores, fragilizando as condições para um debate público equitativo e baseado em fatos verificados.

O relatório também observa que, no mesmo período, plataformas digitais reduziram significativamente suas equipes de segurança eleitoral, revertendo medidas estruturadas após ciclos eleitorais anteriores. Essa retração enfraquece os mecanismos internos de detecção de campanhas coordenadas de manipulação, reduz a capacidade de resposta a discursos de ódio e conteúdos enganosos em larga escala, e expõe o processo eleitoral a maior interferência de agentes mal-intencionados — sejam governos autoritários, grupos extremistas ou redes profissionais de desinformação.

De forma ainda mais alarmante, a UNESCO documenta que golpes de Estado recentes, em diferentes regiões do mundo, foram acompanhados por operações massivas de manipulação digital, evidenciando que atores antidemocráticos incorporaram estratégias de guerra informacional para desorientar a população, minar a confiança em instituições civis e deslegitimar o processo eleitoral antes, durante e após as votações.

Diante desse quadro, o relatório conclui que a integridade eleitoral depende, hoje, de uma governança robusta das plataformas digitais e dos sistemas de IA, aliada ao fortalecimento de mecanismos de proteção e segurança para jornalistas — figuras essenciais para assegurar transparência, responsabilização e acesso público à informação durante processos eleitorais. A UNESCO enfatiza que, sem essa dupla proteção — integridade algorítmica e salvaguarda ao jornalismo independente —, o espaço democrático torna-se vulnerável à manipulação em escala industrial, comprometendo a própria legitimidade das eleições contemporâneas.

Jornalismo ambiental e crise climática

O relatório da UNESCO dedica um capítulo específico à relação entre liberdade de expressão, jornalismo ambiental e crise climática, demonstrando que a deterioração das condições de trabalho dos profissionais que cobrem temas ambientais constitui um obstáculo significativo à capacidade global de enfrentar a emergência climática.

Desde 2010, 46 jornalistas ambientais foram assassinados, mas apenas 6 casos resultaram em condenações, revelando um padrão persistente de impunidade que desestimula investigações e inibe a circulação de informações críticas sobre desmatamento, poluição, conflitos territoriais e impactos socioambientais de grandes empreendimentos.

Além da violência física, esses profissionais são alvos de campanhas coordenadas de descrédito à ciência do clima, conduzidas por grupos econômicos, atores políticos e redes digitais que buscam minar consensos científicos e semear dúvida na opinião pública, retardando políticas ambientais baseadas em evidências.

O relatório enfatiza ainda que plataformas digitais têm permitido a circulação massiva de desinformação climática, exemplificada pela disseminação de *hashtags* como *#ClimateScam*, que impulsionam narrativas negacionistas e conspiratórias e reduzem o alcance de informações cientificamente verificadas.

Nesse ambiente, jornalistas ambientais enfrentam censura direta, ataques online orquestrados e ameaças de grupos econômicos poderosos, especialmente aqueles vinculados às indústrias

extrativas, ao agronegócio, ao mercado de combustíveis fósseis e a setores cuja atuação é contestada por reportagens investigativas. O relatório observa que tais ataques produzem um efeito de silenciamento que prejudica tanto o jornalismo quanto a democracia ambiental, impedindo que comunidades, instituições científicas e formuladores de políticas tenham acesso a informações essenciais para tomadas de decisão.

Além disso, a UNESCO destaca uma correlação significativa: países com maior liberdade de imprensa tendem a apresentar políticas climáticas mais robustas e eficazes. Isso ocorre porque ambientes informacionais livres favorecem a circulação de dados científicos confiáveis, permitem o escrutínio público sobre ações governamentais e corporativas e fortalecem a capacidade da sociedade civil de demandar *accountability* ambiental.

Portanto, o ataque sistemático a jornalistas ambientais compromete não apenas a segurança desses profissionais, mas também a capacidade global de resposta à crise climática, aprofundando vulnerabilidades e atrasando medidas urgentes para mitigação e adaptação frente às mudanças climáticas.

Conclusões: o que a UNESCO propõe

A UNESCO conclui que, na ausência de transformações estruturais profundas, o mundo não apenas deixará de cumprir a meta de garantir o direito universal à informação até 2030, como também enfrentará um processo de regressão democrática e informacional. O relatório ressalta que a deterioração simultânea da liberdade de expressão, da segurança dos jornalistas e da integridade dos ecossistemas digitais gera um ambiente no qual a circulação de informações confiáveis é comprometida, prejudicando diretamente a governança pública, a prestação de contas e a participação cidadã. Nesse sentido, a organização propõe uma agenda multilateral abrangente destinada a reconstruir ambientes informacionais saudáveis e resilientes.

Entre as medidas recomendadas, destaca-se o reforço das instituições democráticas, incluindo o fortalecimento da independência do Judiciário, a pluralidade legislativa e a autonomia dos órgãos reguladores, considerados pilares fundamentais para a proteção de direitos e a contenção de abusos de poder.

Paralelamente, o relatório enfatiza a necessidade de assegurar proteção integral aos jornalistas, combatendo a impunidade persistente para crimes cometidos contra esses profissionais e implementando mecanismos eficazes de prevenção, resposta e reparação.

Outro elemento central é a regulação democrática de plataformas digitais e sistemas de inteligência artificial, orientada por princípios de direitos humanos, governança transparente e prestação de contas, a fim de limitar a disseminação de desinformação, discursos de ódio e manipulação algorítmica.

A UNESCO também ressalta a urgência de financiar a mídia independente — especialmente veículos comunitários e locais — diante da crise de sustentabilidade que ameaça a pluralidade informativa em diversas regiões. Complementarmente, recomenda a expansão de políticas de educação midiática e informacional (MIL), reconhecendo que sociedades alfabetizadas em mídia têm maior capacidade de identificar manipulações e fortalecer sua participação democrática.

Da mesma forma, a organização destaca a importância da transparência algorítmica e do acesso a dados de plataformas para permitir auditorias independentes e o monitoramento público dos sistemas digitais que moldam o debate social. Por fim, defende o apoio internacional

contínuo à imprensa em zonas de conflito e aos jornalistas em situação de exílio, dado o papel desses profissionais na documentação de violações e na garantia do direito à verdade.

A síntese apresentada pela UNESCO é inequívoca: o setor de mídia constitui um elemento estruturante da democracia, da paz, dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável; portanto, a crise que atravessa não é meramente setorial, mas representa uma crise civilizatória, cuja superação exige cooperação global, compromissos institucionais robustos e políticas públicas duradouras.

Considerações finais

O *World Trends Report 2022–2025* constitui um alerta internacional inequívoco: a liberdade de expressão está sendo corroída simultaneamente por múltiplos vetores — a escalada da violência contra jornalistas, os retrocessos institucionais que fragilizam o Estado de Direito, a disseminação sistemática de desinformação e os desequilíbrios de poder cada vez mais acentuados no ambiente digital.

Esses processos não ocorrem de forma isolada, mas se entrelaçam e se reforçam mutuamente, produzindo efeitos estruturais sobre o ecossistema informacional global. O relatório demonstra que tais dinâmicas compõem um cenário de erosão democrática no qual a concentração de poder comunicacional em grandes plataformas digitais, a opacidade algorítmica, a retração da independência judicial e a intensificação de ataques — físicos, legais e digitais — à imprensa convergem para reduzir o espaço cívico e constranger o debate público. Nesse contexto, proteger jornalistas, assegurar transparência das plataformas e fortalecer sistemas midiáticos sustentáveis não se configura como uma tarefa setorial, mas como um requisito civilizatório fundamental para enfrentar desafios globais interdependentes, como a desigualdade, o avanço do autoritarismo e a crise climática.

Referência

UNESCO. 2025. Journalism: Shaping a World at Peace. World Trends in Freedom of Expression and Media Development, Global Report 2022/2025. Paris: UNESCO. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000396638>